



## Contributo da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no âmbito do Grupo de Trabalho - Produtos alimentares nas cantinas e refeitórios públicos

### Resumo

A FAO saúda as iniciativas legislativas sobre o abastecimento das cantinas e refeitórios públicos, nomeadamente no contexto escolar, e a discussão em torno de temas tão importantes como a proveniência local, o sector da agricultura familiar e a promoção da sustentabilidade ambiental das práticas agrícolas, como forma de promover uma alimentação condigna e adequada a uma grande parte da população e a dinamização das economias locais.

Os aspetos específicos devem levar em consideração as realidades e condições do país e das diferentes regiões. Temos conhecimento no mundo inteiro de boas experiências que podem ser consultadas através do nosso site ([www.fao.org](http://www.fao.org)).

Ficámos particularmente sensibilizados pela aplicação destes regimes nas cantinas escolares, já que estas têm um impacto imediato na saúde nutricional e no bem-estar das crianças, permitindo-lhes crescer e aprender da melhor forma e podem também promover hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

Além disso, quando aliadas a compras diretas aos pequenos agricultores familiares a nível local, existe um grande potencial para fomentar a economia local e o desenvolvimento sustentável a longo-prazo.

### I. Enquadramento

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), é uma organização intergovernamental que conta com 194 Estados Membros, dois membros associados e uma organização membro, a União Europeia. A sede da FAO fica em Roma, Itália.

Alcançar a segurança alimentar para todos e garantir que as pessoas tenham acesso a alimentos de boa qualidade para que possam levar uma vida ativa e saudável é a essência das atividades da FAO.

Os nossos três objetivos principais são: erradicar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição; erradicar a pobreza e fomentar o progresso económico e social para todos; bem como gerir e utilizar de forma sustentável os recursos naturais, incluindo a terra, a água, o ar, o clima e os recursos genéticos, em benefício das gerações presentes e futuras.

O Escritório da FAO em Portugal e junto da CPLP, localizado em Lisboa, foi estabelecido em outubro de 2009 com o objetivo de promover a visibilidade e criar relações mais fortes entre a

FAO e os principais parceiros, disseminar e trocar informação e conhecimento e familiarizar a opinião pública com o trabalho da FAO, sensibilizando-a para a questão da fome.

O Escritório da FAO em Portugal e junto da CPLP foi convidado pela Dr.ª Teresa Leal Coelho, Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, que muito nos honra, a apresentar o seu contributo no âmbito das discussões do Grupo de Trabalho - Produtos alimentares nas cantinas e refeitórios públicos.

## **II. Contexto temático geral**

Não estando no âmbito do mandado da Organização, e do Escritório da FAO em Portugal e junto da CPLP em particular, emitir pareceres técnicos específicos sobre as propostas de lei em discussão, consideramos esta uma oportunidade privilegiada de poder partilhar informação e boas práticas e sensibilizar para algumas temáticas importantes.

A FAO tem uma larga experiência no âmbito dos programas de alimentação escolar, nomeadamente no que diz respeito a estratégias de aquisição pública de alimentos que promovem da agricultura local familiar, pelo que será no âmbito desta vertente que este contributo se vai focar.

Em 2013 foi publicado pela FAO o estudo "Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar - estudio de caso en ocho países"<sup>1</sup>, que relata algumas experiências de países da América Latina relacionadas com a vinculação das compras públicas às compras locais provenientes da agricultura familiar e que pode ser útil para a partilha de experiências e de boas práticas.

As crianças em idade escolar precisam de uma boa nutrição para se desenvolverem adequadamente, prevenirem doenças, terem energia para estudar e para as suas atividades físicas. O desenvolvimento de capacidades e conhecimentos para adotarem hábitos e fazerem escolhas alimentares saudáveis é também essencial. Através de atividades como as refeições escolares, as hortas escolares e a educação alimentar e nutricional, as crianças, adolescentes e as suas famílias, podem melhorar o seu bem-estar nutricional e desenvolver bons hábitos alimentares para se manterem saudáveis ao longo de toda a vida.

A FAO reconhece que a escola é uma prioridade para intervenções nutricionais e considera-a como um lugar ideal para o ensino de conhecimentos básicos sobre alimentação, nutrição e saúde. Em muitas comunidades, as escolas podem ser o único lugar onde as crianças adquirirem esses importantes conhecimentos para a vida.

As escolas educam as crianças numa idade em que estas estão a formar os seus hábitos alimentares e de saúde, e são também um meio para a participação das famílias, da comunidade escolar e da sociedade em geral. Assim, promover a nutrição através das escolas pode criar benefícios que vão além da sala de aula e do recreio, e melhorem a saúde e o bem-estar nutricional das famílias e das comunidades.

---

<sup>1</sup> Ver estudo *Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar - estudio de caso en ocho países* em <http://www.fao.org/docrep/018/i3413s/i3413s.pdf>

Fornecer refeições saudáveis nas escolas melhora a saúde nutricional e o bem-estar das crianças, permitindo-lhes crescer e aprender da melhor forma. Em comunidades com insegurança alimentar, os programas de alimentação escolar ajudam no combate à desnutrição e às deficiências em micronutrientes e a promover a frequência escolar.

A alimentação escolar pode também melhorar a segurança alimentar e os rendimentos da comunidade local, quando as escolas são abastecidas por alimentos produzidos localmente.

### **III. Contexto temático específico**

Os programas de alimentação escolar representam, por um lado, uma intervenção importante no âmbito da proteção social, garantindo a segurança alimentar e nutricional e a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e a uma educação de qualidade.

Por outro lado, estes programas são também importantes por terem o potencial de fomentar as economias locais, através da compra direta a produtores familiares locais. A procura gerada por programas de alimentação escolar tem assim um grande potencial para o desenvolvimento dos mercados locais e para o escoamento de produtos provenientes da agricultura familiar.

Neste sentido, têm sido recomendados pela FAO, não só como um dos componentes-chave da resposta a carências identificadas, mas também como indutor do desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Analisar a alimentação escolar desta forma requer uma abordagem complexa, devido às potencialidades no âmbito social e económico, pelo que existe uma necessidade de alargar a discussão de estratégias e programas de forma intersectorial, no plano não apenas governativo, mas também incluindo a sociedade civil, os parlamentares e as instituições não-governamentais, e outras entidades relacionadas com questões mais amplas, como o desenvolvimento social, a saúde, a produção agrícola, o meio ambiente e a educação.

É, por isso, necessário promover e desenvolver ações para implementar a institucionalização de programas e políticas de alimentação escolar com estas vertentes, através de mecanismos adequados a cada nível territorial: local, regional e nacional.

A vinculação da alimentação escolar (AE) à agricultura familiar (AF) é um processo bastante complexo, uma vez que a sua aplicação eficaz exige uma série de condições que vão muito além do campo de atuação das instituições diretamente responsáveis pelos mesmos.

Para conseguir realizar as aquisições de alimentos para a alimentação escolar através da AF e a nível local, é necessário que existam agricultores familiares organizados e com capacidade de abastecer o mercado da alimentação escolar durante todo o ano, com alimentos em quantidade e qualidade suficientes, que vão ao encontro das preferências e tradições alimentares locais e a preços competitivos.

Para que essas condições se concretizem, é essencial que o sector da agricultura de pequena escala esteja bem desenvolvido, o que só acontece quando um país tem políticas, estratégias e mecanismos dirigidos especificamente a este sector de forma a promover a institucionalização,

a produção sustentável e a comercialização agrícola, bem como uma coordenação institucional e intersectorial alargada entre os diferentes intervenientes.

É também necessário que haja enquadramento legal e regulamentar para os contratos públicos que não só permitam, mas também facilitem, a integração deste sector neste tipo de aquisições. Quando estas políticas e mecanismos de apoio não existem, são pouco robustos ou de difícil acesso, os agricultores têm de competir em igualdade de circunstâncias com os grandes produtores e fornecedores, que detêm outras possibilidades e oportunidades.

A este respeito, de forma a vincular eficazmente a AE com a AF, é essencial que se implementem ações destinadas a reforçar as capacidades institucionais, a estimular e a otimizar a produção e a facilitar o comércio justo dos agricultores familiares.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
Lisboa, 3 de fevereiro de 2016